

GÁS NATURAL Enron em Moçambique

EXPRESSO, 28.10.95

REFINALDO
CHILENGUE
correspondente em Maputo

DEPOIS de 17 meses de braço-de-ferro em Maputo, uma semana de conversações em Washington bastou para Moçambique e a multinacional norte-americana Enron concordarem na assinatura, em breve (prevê-se que seja ainda na próxima semana), de um acordo para a exploração do gás de Pande, na província de Inhambane, considerado um dos mais ambiciosos na história do país e o maior investimento de sempre dos Estados Unidos da América na África Austral (cerca de 600 milhões de dólares) e do qual Maputo poderá retirar dividendos anuais da ordem dos 150 milhões de dólares, um valor superior ao das exportações globais anuais do país em 1994.

O projecto compreende a construção de um gasoduto de 900 quilómetros, de

Pande (700 quilómetros a norte de Maputo) à região fronteiriça sul-africana de Phalaborwa, onde o gás natural será processado e utilizado na indústria transformadora de ferro e aço. Este produto é geralmente utilizado também para fins domésticos, no fabrico de materiais para a indústria aeronáutica, de amoníaco e até de plásticos. Depois da aprovação do acordo pelo conselho de ministros, a Enron tem seis meses para apresentar um estudo de viabilidade do projecto. Se tudo correr bem, a África do Sul, maior cliente potencial, começará a receber o gás natural de Pande no ano 2000.

Num esforço para contrariar insinuações segundo as quais Maputo concordou com a assinatura do acordo sob pressões políticas externas, o ministro moçambicano dos Recursos Minerais e Energia, John Kachamila, congratulou-se com o desfecho das conver-

sações, dizendo que «Moçambique pode afirmar que os benefícios a colher deste entendimento situam-se na ordem dos 60 e 70 por cento» das intenções iniciais. «Não houve nenhuma pressão política externa», enfatizou Kachamila, o homem que durante 12 meses negociou duramente com o representante da Enron em Maputo, Jay Funderberg.

Na capital moçambicana são frequentes comentários segundo os quais os americanos tudo fizeram para persuadir Maputo a uma negociação que colocava em risco os seus interesses nacionais. Há quem diga que houve pressões políticas, ameaças de redução ou mesmo congelamento da ajuda de Washington a Moçambique, e até a inviabilização de um encontro entre Bill Clinton e Joaquim Chissano, aquando da passagem do Presidente moçambicano pelos EUA, por ocasião do

50º aniversário da ONU.

Contradizendo-se, Kachamila referiu que «o que estava em negociação com a Enron era um acordo comercial e não percebemos que estava a transferir estas negociações para o campo político e com a participação dos 'mass media' internacionais».

Para além de aliviar a Balança de Pagamentos de Moçambique, fortemente dependente da boa vontade dos doadores e credores internacionais, o projecto de Pande oferecerá centenas de postos de trabalho e contribuirá para o desenvolvimento económico e social daquela região. As reservas de gás de Pande estão estimadas em 100 mil milhões de metros cúbicos, sendo 40 por cento de uma jazida pronta para exploração. Um perito em hidrocarbonetos referiu que as potencialidades em gás na região local podem durar 30 anos de produção máxima.

Moçambique luta por 'ajuda eterna'

EXPRESSO, 28.10.95

REFINALDO
CHILENGE
correspondente
em Maputo

O PRESIDENTE da República de Moçambique, Joaquim Chissano, afirmou esta semana em Nova Iorque que o seu país vai continuar a precisar de ajuda internacional por «muitos anos», na sequência «da profunda destruição causada pela guerra» e das sucessivas secas que devastaram a antiga colónia portuguesa no Oriente de África na última década.

Por seu turno, o ministro do Plano e Finanças moçambicano, Tomás Salomão, indicou que o seu Governo «ainda não está em condições de precisar o montante que o país vai solicitar aos doadores do Clube de Paris para o próximo ano fiscal».

Tomás Salomão, que acaba de regressar de mais uma ronda negocial, anual, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington,

A destruição provocada pela guerra é agravada pelas sucessivas secas e torna impossível de quantificar o montante de auxílio necessário

referiu que Moçambique recebeu garantias de que continuará a beneficiar dos apoios desta instituição financeira mundial e que uma missão do FMI chegará a Maputo na primeira quinzena de Novembro para, juntamente com as autoridades locais, programar as bases de relacionamento bilateral para 1996.

Numa declaração aos jornalistas em Maputo, Tomás Salomão enfatizou que o Executivo e o FMI chegaram a acordo quanto à negociação de um novo Programa de Ajustamento Estrutural Reforçado (ESAF). Por outro lado, o Ministério do Plano e Finanças de Moçambique revelou que o país registou até Agosto passado uma inflação acumulada de 23,7 por cento, enquanto a anual se estabeleceu nos 45,4 por cento, o que representa um abaixamento de 1,3 pontos percentuais relati-

vamente ao ano transacto.

Esta cifra deixa, para já, transparecer a indicação de que será irrealizável um dos principais objectivos do Governo da Frelimo eleito há exactamente um ano, que se propunha reduzi-la para 24,5 por cento até ao fim de 1995. Feitas as contas, o aumento do salário mínimo em vigor desde 1 de Outubro corrente reduziu, de facto, em 7,8 por cento a capacidade de compra do trabalhador em relação ao período homólogo de 1994. A degradação do poder de aquisição tem, aliás, suscitado reacções violentas no país, tendo a última ocorrido a 6 do corrente mês em Maputo.

Os bens que mais concorreram para a inflação nos primeiros oito meses deste ano em Moçambique foram basicamente os serviços, com particular destaque para os transportes (58,7 por cento). Nos últimos 12 meses de 1994

a inflação acumulada foi de 70,2 por cento.

Para além da debilidade financeira que enfrenta, Moçambique está a sofrer nos últimos anos uma estiagem severa que está a marcar negativamente quase uma geração inteira do país. O ano agrícola 1995/96 arrancou sob o espectro da seca, que ainda prevalece, com os rios a não passarem de enormes lençóis cobertos de areia branca, cenário que se deverá manter, com particular severidade no Sul de Moçambique, apesar das precipitações pluviométricas que se têm registado nos últimos dias um pouco por todo o país.

A Direcção Nacional de Águas prevê uma continuação da queda das chuvas, que no entanto não serão suficientes para irrigar os solos, fortemente afectados por prolongadas secas.

Fonte do Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique indicou que foram já identificados outros lençóis de gás «de grande interesse», um em Temane, a sul de Pande, e outro no Buzi, já na província central de Sofala.

Segundo Kachamila, a jazida de gás de Buzi, cuja exploração deverá arrancar ainda este ano por empresas canadianas e dos Emiratos Arabes Unidos, pode ser aproveitada para alimentar a segunda maior cidade do país, a Beira, numa altura em que se perspectiva a interrupção do fornecimento da corrente eléctrica a partir da barragem de Chicamba.

O lençol de Temane foi descoberto ainda durante a época colonial, mas a sua exploração foi inviabilizada sucessivamente pelo processo de descolonização e devido à guerra civil que após a guerrilha da Renamo ao exército moçambicano.

As primeiras eleições pluralistas em Moçambique foram há um ano

“Renamo consegue ser oposição”

PÚBLICO, 29.10.95

José Pinto de Sá,
em Maputo

Há um ano, nas primeiras eleições multipartidárias, a oposição moçambicana obteve 121 dos 250 deputados, mas agora mostra-se manifestamente incapaz de funcionar em democracia. Frustrada e sem soluções, deixa-se atrair de volta à violência, verbal e não só. Exactamente o que a Frelimo quer, para provar aos doadores que não existe alternativa ao Governo de Chissano.

Em digressão política pelo país, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, escalou há dias a vila da Gorongosa, em Sofala. Foi um dos mais fortes bastiões renamistas durante a guerra civil e ele próprio ali dirigiu operações vitoriosas contra o Exército governamental. Apesar dos auspiciosos resultados alcançados no escrutínio de Outubro do ano passado, o Dhlakama de hoje é porém um político marginalizado e sem soluções alternativas ao poder

frelimista.

Alegando que o secretário distrital da Frelimo, Rui Frank, tinha tentado impedir a população de assistir ao seu comício na vila, Afonso Dhlakama terá ordenado o seu sequestro. Frank contou que os guarda-costas do chefe da oposição o amarraram e conduziram ao comício, onde foi exibido e sujeito aos apupos da multidão. De seguida foi obrigado a acompanhar a caravana do visitante até à Beira, onde permaneceu sequestrado num quarto de hotel durante horas.

O “incidente da Gorongosa” levantou um coro de protestos e levou a água ao moinho da imprensa pró-governamental, que não teria podido inventar melhor argumento para acusar Dhlakama de prepotência e desprezo pela lei. Instado a comentar, o ministro da Justiça, José Abudo, advertiu que o antigo candidato à Presidência da República poderia ser chamado a responder em tribunal, como qualquer cidadão.

A Renamo, contudo, continuou empenhada na demonstração de força. Dias depois, um grupo dos seus deputados concedeu uma conferência de imprensa recheada de insultos ao Governo e à comunicação social, num tom declaradamente belicista. Irritado, o deputado Manuel Fonseca, membro da Comissão de Direitos Humanos e Legalidade, chamou ao ministro da Justiça “cara de papaia podre”.

“Desafiamos qualquer estrutura a levar o nosso presidente Dhlakama a tribunal”, disse Fonseca. “Atrevam-se!”.

Orelha murcha

O “incidente da Gorongosa” é exemplo do comportamento da Renamo nos últimos meses, caracterizado por um crescente sentimento de frustração. Apesar de deter quase metade da Assembleia da República, a oposição tem sido incapaz de fazer frente à Frelimo, que continua a pôr e a dispor no Parlamento, como nos velhos tempos do partido único. Os 112 deputados da Renamo e os nove da União Democrática (UD) têm revelado uma afiliva debilidade para contrapor argumentos a uma bem disciplinada bancada frelimista, recheada dos mais destacados quadros do país.

Uma após outra, todas as iniciativas parlamentares da oposição, mesmo as mais interessantes, acabam sendo inviabilizadas pela Frelimo, muitas vezes por defeito processual de origem. Ainda na quarta-feira, a bancada da Renamo teve que retirar três dos quatro projectos de lei que apresentara, pois foi obrigada a reconhecer que estavam feridos de inconstitucionalidade. Ao longo dos meses, a Renamo tem mostrado repetidamente que, como dizem os moçambicanos, “desconsegue” ser oposição.

Dias antes, já coubera à bancada da UD demonstrar a sua falta de preparação para o trabalho parlamentar, quando foi constituída uma comissão de projecto de revisão constitucional. A comissão devia incluir 16 eleitos da Frelimo, 14 da Renamo e um da UD, que não ficou satisfeita. Os seus nove deputados abandonaram a sala sem explicação, mas como ninguém os levasse muito a sério acabaram por regressar, de orelha murcha.

Assim, o traço mais marcante deste primeiro ano de democracia em Moçambique foi provavelmente essa inépcia da oposição, parlamentar e não só. De uma dezena de pequenos partidos surgidos em vésperas das eleições do ano passado, poucos continuam de facto no activo e todos carecem por completo de bases. Mesmo assim, continuam incapazes de passar à prática uma estratégia unitária e muitos irão desaparecendo, liquidados em definitivo pelas dificuldades materiais, já que, sem representação parlamentar, não beneficiam de financiamento estatal.

Motins

A penúria é geral, excepção feita à Frelimo, que ao longo de duas décadas de monopartidarismo adquiriu um importante património pela via das nacionalizações. A própria Renamo

padece de graves problemas financeiros, conforme reconheceu recentemente o seu líder, que tem afirmado que, sem dinheiro para a campanha eleitoral, o partido não poderá concorrer às autárquicas. As eleições devem, em princípio, realizar-se no próximo ano, mas ainda subsistem divergências muito profundas quanto ao seu âmbito.

O Governo recusa-se a realizar o escrutínio nas antigas zonas da Renamo que não estejam por completo reintegradas na administração estatal e acusa a Resistência Nacional de retardar este processo para sabotar as eleições. Esta, por sua vez, diz que os atrasos na reintegração são obra da própria Frelimo, para excluir da votação as populações dessas áreas renamistas.

No entanto, muita coisa pode acontecer até às eleições. Há semanas, quando a população de Maputo protagonizou motins para protestar contra a carestia do arroz, as acções foram encabeçadas por comissões “ad hoc” de jovens dos bairros periféricos, totalmente à margem de partidos ou sindicatos. Face ao descontentamento gerado pelas medidas do FMI, à incapacidade do Governo e à inexistência de uma oposição funcional, os “motins do arroz” poderão ocorrer de novo, e em maior amplitude, e nenhuma das forças políticas existentes estará em condições de lhes dar resposta.

África do Sul tem hoje as suas primeiras autárquicas multi-raciais

Sob o signo do crime e dos fantasmas do passado

PÚBLICO, 1.11.95

Jorge Heitor

A República da África do Sul efectua as suas primeiras eleições autárquicas sem distinção entre os diferentes grupos étnicos. Mas as atenções do povo estão essencialmente concentradas na criminalidade crescente e na chamada a tribunal de generais do antigo regime.

Mais de 12 milhões de sul-africanos estão inscritos para ir hoje votar em 460 municípios urbanos e 241 rurais, 18 meses depois das primeiras eleições multi-raciais que se efectuaram no país, dessa vez para uma Assembleia Constituinte, que funciona na Cidade do Cabo, a capital legislativa de um vasto e rico território cujo executivo funciona em Pretória.

São as primeiras autárquicas que se realizam desde que se começaram a dismantlar as fronteiras entre municípios brancos e municípios destinados a outros grupos étnicos, mas mesmo assim ainda não se podem realizar em toda a África do

Sul. Só mais tarde, em data ou datas ainda a definir, é que irão às urnas um milhão e meio de eleitores da zona metropolitana do Cabo e 3,2 milhões em toda a província do Kwazulu-Natal.

Estas discrepâncias verificadas na consolidação do Poder local dizem bem das dificuldades de democratização de um povo feito de tantos povos, de um povo que se preocupa essencialmente com o desemprego e com a criminalidade crescente, nem sempre conseguindo enterrar com facilidade os fantasmas de um passado recente, dominado pela discriminação racial.

Nos últimos dias, muito do noticiário que se fez no país não foi propriamente sobre o fecho da campanha eleitoral mas sim sobre a chamada a prestar contas à Justiça do general Magnus Malan, de 65 anos, e de uma série de outros oficiais do antigo regime, do “apartheid”, acusados de responsabilidade pelo assassinio, em 1967, de 13 negros, em terra zulu.

Distribuir água e recolher o lixo

Todos os partidos têm falado da criminalidade que não

FOTOGRAFIA DE JONAS MEYER



Nelson Mandela em campanha no Soweto

cessa de crescer, mas a função das autárquias vai ser essencialmente fazer coisas básicas como a distribuição da água potável, a recolha de lixo e a construção de novos fogos, não lhes sendo talvez possível desempenhar de forma directa um grande papel no combate ao desemprego.

Aparentemente, o Governo de Unidade Nacional, formado pelos partidos do Presidente Mandela, de Frederik de Klerk e de Mangosuthu Buthelezi, e que tem de criar as condições necessárias a que o capital sul-africano e estrangeiro invista grandemente na criação de novos postos de traba-

lho, acabando assim com legiões de jovens desesperados, que enveredam pela criminalidade.

Só que este Governo nem sempre tem conseguido demonstrar a unidade necessária, andando os seus três componentes muitas vezes a digladiar-se, demonstrando como é bem difícil levar por diante o projecto grandioso a que meteram ombros para um período de cinco anos: a coesão de um executivo representativo de mais de 90 por cento do eleitorado e que deve furmar as raízes de uma sociedade democrática.

O caso do general Malan e de outros antigos oficiais das

Forças de Defesa da África do Sul (SADC) é apenas o mais recente dos episódios que têm oposto o ANC de Mandela, maioritário, umas vezes ao Partido Nacional, do vice-presidente De Klerk, e outras ao Inkatha, do ministro da Administração Interna, o zulu Buthelezi.

Armas nucleares

Acontece, porém, que este conflito com alguns dos proceres sul-africanos de há sete ou oito anos é particularmente grave se nos lembrarmos do livro “A Conspiração Mini-Nuclear”, saído há duas semanas em diversos países.

Nele, o jornalista britânico Peter Hounam e o sul-africano Steve McQuillan dizem que a África do Sul possui ainda uma parte das suas armas nucleares oficialmente destruídas e que algumas estarão precisamente nas mãos da extrema-direita, graças a militares “no activo ou na reserva”, enquanto as outras teriam sido “escondidas por um país amigo, provavelmente Israel”.

Foi em 1993 que De Klerk, então Presidente da República, surpreendeu o mundo ao

anunciar que Pretória construiria em segredo seis bombas atómicas e iniciaria a construção de uma sétima, mas que depois as destruiria.

Em sequência disso, a África do Sul veio a ser apresentada pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) como o único país a desmontar-se unilateralmente do seu arsenal nuclear.

Contudo, se acreditarmos em Hounam e McQuillan, a extrema-direita sul-africana conservará no norte do país armas altamente sofisticadas, com as quais poderia fazer chantagem sobre o Presidente Mandela e exercer pressão a favor de um Volkstaat, um Estado branco separado.

Esse é que seria o grande assunto a investigar a fundo na África do Sul, nos dias que correm, pois que de certeza teria muito mais impacto do que o destas autárquicas em dois ou três tempos, para as quais se sabe desde já que a afluência às urnas não vai ser de forma alguma comparável a das históricas eleições de Abril de 1994.

Além do mais, os cidadãos mostram-se perplexos com a complexidade do voto, que nas grandes aglomerações chega a envolver três boletins, para a câmara municipal, a assembleia municipal e a junta de freguesia.

Soares e Eduardo dos Santos procuram data de encontro

EXPRESSO, 4 11 95

AS DIPLOMACIAS portuguesa e angolana procuram afanosamente uma data para o encontro, sistematicamente adiado, entre os Presidentes dos dois países. Após três desencontros em menos de dois meses, as chancelarias de ambos os países trabalham numa data entre 10 e 15 de Dezembro — vista como a última hipótese de Mário Soares e José Eduardo dos Santos se avistarem em termos oficiais, uma vez que a campanha eleitoral para a presidência portuguesa se inicia logo nos últimos dias de Dezembro.

Soares só não foi em visita a Angola

As relações pessoais entre os dois Presidentes têm sido marcadas por uma visível tensão, o que explica que Angola tenha sido o único país africano de língua portuguesa que Soares não visitou durante os seus dez anos de mandato.

O encontro entre os dois chefes de Estado poderá ocorrer numa data muito próxima de 10 de Dezembro — quando Soares tiver regressado de Macau e Eduardo dos Santos acabar a sua primeira visita oficial aos Estados Unidos. Como se sabe, o Presidente português estará em Macau no dia 8, para inaugurar o aeroporto internacional, devendo a sua estada naquele território chinês prolongar-se até 10. Quanto ao líder angolano, deverá, em princípio, ser recebido por Bill Clinton, na Casa Branca, também no dia 8, prevendo-se que permaneça nos EUA durante mais dois ou três dias. Esta é a primeira visita oficial de Eduardo dos Santos aos Estados Unidos, que só reconheceu Angola como Estado independente e soberano em Maio de 93, depois das eleições e da guerra civil que se seguiu. Admite-se que, no regresso a Luanda, Eduardo dos Santos possa fazer uma

escala de dois dias em Lisboa, para se avistar com Soares, mas também com o novo Governo, designadamente com o primeiro-ministro, António Guterres, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

As relações entre os dois Presidentes foram marcadas por diversos atritos, momentaneamente pelo apoio que Soares nunca deixou de dar a Jonas Savimbi, o líder da UNITA e arqui-inimigo de Eduardo dos Santos. De tal modo que Soares terminará os seus dois mandatos consecutivos no Palácio de Belém sem ter visitado Angola. Por outro lado, a última vez que os dois chefes de Estado estiveram juntos em Portugal foi em Maio de 1991, aquando da assinatura dos acordos de Bicesse, entre o Governo de Angola e a UNITA.

O Presidente angolano chegou a ter agendada, por duas vezes, visitas oficiais a Lisboa, no âmbito da consti-

tuição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, mas em ambas as vezes aquela cimeira foi adiada.

Encontro evitado em Nova Iorque

Em 26 de Setembro passado, Eduardo dos Santos fez uma rápida escala em Lisboa — precisamente numa altura em que Soares tinha ido à Turquia, pelo que o líder angolano apenas se avistou com o então primeiro-ministro, Cavaco Silva.

Em Nova Iorque, onde ambos se deslocaram para participar nas comemorações dos 50 anos das Nações Unidas, Eduardo dos Santos escusou-se a comparecer a um rápido encontro entre os sete chefes de Estado de língua portuguesa, promovido pelo presidente da Assembleia Geral da ONU, Freitas do Amaral. Dos Santos e Soares cruzaram-se apenas no almoço oferecido pelo secretário-geral

da ONU, Butros-Ghali. Entretanto, chegou a estar prevista uma passagem do Presidente de Angola por Lisboa, no passado dia 25, aproveitando a viagem de regresso a Luanda. Também esta estada foi cancelada, devido a alegados compromissos inadiáveis do dirigente angolano.

Ainda antes da tomada de posse, o novo secretário de Estado da Cooperação, José Lamego, manteve contactos com responsáveis angolanos. A vinda de Eduardo dos Santos foi um dos temas da agenda nas conversas havidas quer com Aldomiro da Conceição, um dos principais assessores do Presidente de Angola, quer com João Lourenço, o líder parlamentar do MPLA. O assunto terá sido igualmente abordado na viagem a Luanda, esta semana, do novo embaixador de Angola em Lisboa, José Patrício.

JOSÉ PEDRO CASTANHEIRA

ÁFRICA DO SUL

O julgamento do antigo regime

Um antigo ministro e militares aposentados respondem por crimes cometidos durante o 'apartheid'

DAVID BERESFORD
enviado a Durban

A REVIRAVOLTA política na África do Sul raramente ficou tão fortemente demonstrada como nesta semana, quando alguns dos comandantes militares mais poderosos da era do «apartheid» foram levados a uma pequena sala de audiências do tribunal de Durban para ouvir um magistrado exigir-lhes a entrega dos passaportes enquanto aguardam julgamento por homicídio.

As acusações contra o ex-ministro da Defesa general Magnus Malan e dez oficiais aposentados parecem assinalar o colapso final do poder africano na África do Sul. Também representa um importante avanço nas investigações sobre uma violenta conspiração que, a certa altura, ameaçou levar o país para a guerra civil.

De fato completo, óculos desportivos, crânios carecas e cabelo cinzento prateado, tinham mais a aparência de delegados a um congresso farmacêutico do que comandantes de uma das máquinas de matar mais impiedosas de África — homens como o general Jannie Geldenhuys, antigo chefe da força de defesa, e o vice-almirante Dries Putter, anterior chefe dos serviços secretos.

Alinhada de frente para o banco dos réus, olhando impassível para o magistrado, por cima da figura sentada do homem que os tinha levado ali — o coronel Frank Dutton, antigo oficial de segurança e chefe dos «intocáveis» — estava a equipa criteriosamente escolhida de

agentes da polícia e advogados dos direitos humanos mostravam-se determinados a investigar os factores que levaram à violência política.

Pouco antes de serem apresentados ao tribunal, os oficiais reformados ficaram formalmente presos noutra andar do tribunal e acusados do massacre de um padre, de cinco mulheres e sete crianças, na cidade negra de Kwa-Makutha, província do Natal, em 21 de Janeiro de 1987.

Além do massacre de Kwa-Makutha, não foram revelados mais pormenores durante a audiência. Mas o caso parece chegar até à chamada «Terceira Força» — uma conspiração de elementos das forças de segurança que há muito se pensava ser responsável pela violência política na África do Sul.

Suspeitas sobre De Klerk

O EXPRESSO apurou que o general Malan e dez oficiais estiveram ligados ao massacre de Kwa-Makutha através do poderoso Conselho de Segurança do Estado e de um campo de instrução militar na zona de Caprivi, na Namíbia. Nos meados dos anos oitenta, o chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi — confrontado com uma rápida diminuição da sua base de apoio devido a um movimento apoiante do ANC, a Frente Democrática Unida (UDF) — parece ter pedido ajuda ao Governo. Pretoria reagiu, criando um sub-comité especial do Conselho de Segurança do Estado para tratar do problema. O comité era chefiado pelo ge-

EXPRESSO, 4.11.95

neral «Kat» Liebenberg, antigo chefe do Estado-Maior do Exército, que também integrava o grupo apresentado esta semana ao tribunal.

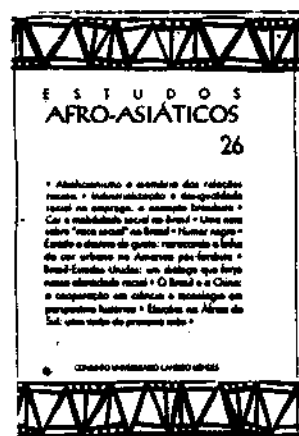
O comité instalou um campo especial em Caprivi para cerca de 200 recrutas do Inkatha, que foram submetidos a um intenso treino de combate de sete meses, ministrado por elementos dos serviços secretos militares sul-africanos. O grupo constituía o núcleo de uma rede de «esquadrões da morte» do Inkatha, cujos alvos eram todos os presumíveis simpatizantes do ANC, desde meados da década de oitenta.

Pensa-se que o massacre de Kwa-Makutha terá sido uma das primeiras operações dos «graduados» de Caprivi. O objectivo era matar um jovem activista da UDF, Victor Ntuli, mas este não estava em casa quando os assassinos chegaram. Em vez do filho, apunharam o pai, um padre apolítico que dirigia um serviço religioso apostólico dentro de casa. Assim, chacinaram a ele e toda a congregação.

A prisão do general Malan e dos seus antigos subordinados levanta a questão de se saber até que ponto o ex-Presidente De Klerk — membro do Conselho de Segurança desde o início da década de oitenta — estava inteirado do que se passava. Desde as eleições pelo sistema de sufrágio universal, em Abril do ano passado, De Klerk tem vindo a ser submetido a crescentes pressões por parte de membros do seu Partido Nacional para se re-

tirar do governo de coligação. Mas ele aderiu à fórmula de «poder partilhado», pela qual lutou com tanta determinação durante as negocia-

ções constitucionais. A sua impotência para proteger os seus generais constitui uma prova humilhante da ficção inerente a este termo.



Paz 'encalhada' em Angola

O PROCESSO de paz parece de novo encalhado em Angola, e as relações entre o Governo e a UNITA atingiram o nível mais baixo dos últimos meses. Na sequência do incidente, ainda não esclarecido, de que resultaram ferimentos ligeiros num elemento da segurança do general «Ben-Ben», os militares da UNITA saíram de Luanda e as negociações ao mais alto nível continuam suspensas. Num comunicado da sua Comissão Política, reunida no Bailundo, sob a presidência de Savimbi, na passada quarta-feira, a UNITA «condena veementemente o covarde acto assassino», exige das Nações Unidas a realização de «um inquérito sério e objectivo» e a «total revisão dos mecanismos de segurança dos dirigentes da UNITA». A comissão denunciou também um ataque contra a localidade de Kassanguili, na província de Lunda Norte, por forças governamentais «enquadradas por mercenários sul-africanos».

Lopo do Nascimento, secretário-geral do MPLA, ao PÚBLICO

“Não há condições para eleições antes de 1998”

PÚBLICO, 1.11.95

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Ainda há muita fragilidade no processo de paz em Angola, onde a democracia está a ser realizada de uma maneira mais lenta do que se pensava, diz Lopo do Nascimento, secretário-geral do MPLA, ao visitar Cabo Verde para uma reunião dos partidos que lutaram pela independência das antigas colónias africanas de Portugal.

A democracia, tal como os cidadãos, continua à espera da paz para se poder realizar em Angola, onde o secretário-geral do MPLA não cre que haja condições para nova ida às urnas antes de 1998. Numa entrevista ao PÚBLICO, Lopo do Nascimento considera não se poder ainda dizer que o país já está num ponto de não recuo aos tempos da guerra.

PÚBLICO — Que avaliação faz, neste momento, do processo de paz em Angola?

LOPO DO NASCIMENTO — É forçoso reconhecer a demasiada lentidão com que as coisas são concretizadas. Uma coisa fundamental no processo é a livre circulação das pessoas, o que ajuda também a melhoria das condições económicas e sociais. Até agora a circulação processa-se apenas nas áreas controladas pelo Governo. Nas áreas controladas pela UNITA ainda não há esta abertura. Outro processo é o problema do acantonamento das tropas. Ai é evidente que houve certos atrasos da parte das Na-

ções Unidas na preparação das condições.

De uma maneira geral, vai-se criando, lentamente, um clima de confiança entre as partes, que já existiu, já quebrou... Nós avaliamos que os encontros que o Presidente da República tem tido com Savimbi ajudam e favorecem o aumento da confiança, mas não podemos dizer que estamos num ponto de não recuo. Ainda é muito frágil.

P. — Ainda se corre o risco de voltar à estaca zero?

R. — No ponto em que nos encontramos — não falo das intenções declaradas — ainda não passámos aquela barreira. Ainda há muita fragilidade no processo.

P. — O incidente que houve há dias com um ordenança do general Ben-Ben vem atrapalhar ou não o esforço de paz?

R. — Foi-lhe dada mais propaganda do que aquilo que efectivamente aconteceu. As condições não estão muito claras, mas não creio que tenha havido intenção alguma de atingir seja o guarda-costas seja o próprio Ben-Ben.

P. — Uma das questões que está a sofrer um relativo atraso é a distribuição das duas vice-presidências. No caso concreto do MPLA, a quem pensa atribuir essa função?

R. — Neste aspecto, não acho que haja atraso. A vice-presidência será o culminar do processo. Não faz sentido nomear agora o vice-presidente, nem é isso que está previsto, antes que sejam cumpridas outras tarefas. Quanto ao MPLA, na altura própria a pessoa será

escolhida ou indicada.

P. — O seu nome foi falado (entre outros). O que pensa?

R. — É muito prematuro fazer qualquer observação sobre isso.

P. — Como homem de partido estaria disposto a aceitar essa missão?

R. — Não sou eu que decido. Posso participar na escolha como membro da direcção...

P. — De qualquer forma, como secretário-geral, tem um papel importante.

R. — As decisões são democráticas, a nível do Bureau Político, do Comité Central, do Presidente. A questão tem muito a ver com as funções e as tarefas que esses postos conhecem. Sob o ponto de vista pessoal, não é uma questão que me preocupe nem que me faça perder o sono.

Democratização

P. — Angola, como os demais PALOP, está envolvida num processo de democratização. Só que no vosso caso há a bipolarização MPLA-UNITA. Que papel desempenham as outras forças políticas?

R. — Isso deve-se a razões históricas; e é resultante da própria situação de guerra. Em Cabo Verde, São Tomé e Guiné é mais fácil as outras forças políticas poderem avançar e terem uma participação significativa.

P. — Pode-se concluir que a democracia está adiada em Angola?

R. — Não, não está adiada. Está a ser realizada de uma maneira mais lenta do que aquela que nós pensávamos e do que aquela que desejávamos.

P. — Tendo em conta que tudo continua a depender da desmilitarização e integração da UNITA no todo nacional, para quando é que se pode pensar em novas eleições?

R. — De acordo com a lei, deveria no próximo ano terminar o mandato dos deputados (eleitos em 1992). O quadro que se prevê é uma prorrogação do mandato. Penso que antes de 1998 — e isto é uma análise pessoal — não há condições mínimas de se fazer eleições credíveis. E tenho em conta de que, até Março do próximo ano, o processo se deverá consolidar, com a UNITA no Parlamento e a actuar como verdadeiro partido político.

P. — Nos últimos meses o Presidente José Eduardo dos Santos tem feito críticas ao desempenho do Governo. Como secretário-geral do MPLA, sente-se incomodado com essas críticas?

R. — Não sei qual o sentido que quer dar ao termo incomodado... (risos).

P. — É o responsável do partido que está no Governo e que está a ser fustigado pelo próprio Presidente.

R. — Ele é o presidente do partido (risos).

P. — Acha que Dos Santos está a lavar as mãos em relação à situação social e económica do país?

R. — Acho que não. Ele está a chamar a atenção do Governo para a necessidade de concentrar mais energia e atenção na resolução de alguns pro-

blemas. Se eu me sentisse incomodado, penso que esse incómodo abrangeria muita gente.

Cabinda

P. — Qual a situação em relação a Cabinda?

R. — Houve um acordo de tréguas com uma das facções (de FLEC). Já há contactos com outras áreas e penso que até ao fim do ano temos este quadro de acordo resolvido, para possibilitar uma discussão política e terminar com os problemas que tem havido.

P. — O Governo admite a autonomia ou pretende ir mesmo até à independência?

R. — A independência está fora de causa, em princípio.

P. — Acontece que haverá gente em Cabinda a preconizar a independência.

R. — Certamente. Da mesma forma que haverá outros que acham que podem buscar-se outras soluções.

P. — Se aqueles que são pela independência continuarem pela via armada, isso não adia a paz em Angola?

R. — É preciso buscar e continuar as discussões até que seja encontrada uma solução minimamente aceitável para todas as partes envolvidas.

P. — Da vossa parte há um esforço honesto de solucionar a questão de Cabinda a contento de todos?

R. — É evidente. Conforme disse, é preciso buscar uma solução minimamente aceitável para

Continua na pág.
seguinte

Transmissão da RTPi levanta polémica em Moçambique

A TELEVISÃO DA DISCÓRDIA

PÚBLICO, 31.10.95

O ACORDO de cooperação, assinado em Junho, entre o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Leonardo Simão, e o ministro-adjunto cessante Marques Mendes atropela a lei de imprensa moçambicana na interpretação de algumas áreas de actividade.

Esta lei tem uma definição vasta, que inclui, além da área escrita, a do audiovisual. Promulgada em 1991, revogou todas as que anteriormente referiam a comunicação social, instituindo o monopólio da rádio e da televisão. Mais tarde, uma lei da radiotelevisão derrubou este monopólio.

O jornalista Leite de Vasconcelos denunciou: “Na decisão de firmar o acordo, o Governo, aparentemente, não se preocupou em verificar se ele viola a lei de imprensa. Que viola o espírito é claríssimo. Creio que viola a letra expressa da lei.”

António Botelho Moniz, presidente da TVM, escuda-se nas leis de mercado, confundindo, deliberadamente, o âmbito de um acordo intergovernamental com um negócio empresarial. Estão em causa cerca de 20 milhões de dólares, embora se fale de duas televisões de serviço público...

As emissões da RTPi retiram o espaço ocupado pelos operadores privados e reduzem a audiência da TVM. As agências de publicidade, por seu lado, vêem-se privadas do seu nicho de mercado e os preços diminuem. Os produtores de vídeo não conseguem fazer os seus programas e vendê-los. A crítica que se ouve não é em relação a Portugal, mas ao Governo moçambicano, incapaz de defender os interesses nacionais. “Isto só pode servir a Portugal”, diz Leite de Vasconcelos ao PÚBLICO.

O mais grave para algumas fontes é a inexistência de uma plataforma que permita uma informação multidireccional, onde os africanos também sejam emissores privilegiados e não apenas apáticos destinatários da mensagem.

As emissões da RTPi estão em fase experimental, o que justifica arbitrariedades, como emitir toda a tarde até à hora do noticiário e novela da TVM. As reservas à RTPi não se restringem ao âmbito da lei. Sectores conservadores consideram que pode pôr em causa a vida

quotidiana da população. Mas os moçambicanos não reclamam quando as televisões locais — a pública TVM e a privada RTK — mimetizam os programas da televisão portuguesa.

“A maior parte dos serviços noticiosos na RTPi mostra o lado negativo da vida dos moçambicanos, dando a impressão de que tudo anda mal neste país”, disse o jornalista Jaime Cuambe, do “Notícias de Maputo”. “A quem serve a RTPi no país? Quais os interesses?”

Cuambe vai longe na exigência: “Existem instituições criadas para o exercício democrático no país e devem funcionar. O sindicato dos jornalistas, ONJ, não foi ouvido. O Conselho Superior da Comunicação Social foi ignorado. Os operadores privados, marginalizados.”

Da parte da TVM, a posição é firme. Lamenta-se que o negócio não abranja todos. “O acordo está coberto pelo amplo convénio de cooperação Moçambique-Portugal”, argumenta-se. Sem esquecer a possibilidade que este trará à televisão pública moçambicana de ter um centro de raiz. ■

Nélson Saúte, em Maputo

África do Sul

O último voto para a liberdade

PÚBLICO, 2.11.95

MILHÕES de pessoas deram ontem a última machadada no antigo regime, votando nas primeiras eleições autárquicas multirraciais da história da África do Sul, numa festa a que nem quis faltar um simpático elefante, que decidiu ver o que se passava na secção de voto de Mhinga, uma pequena localidade do parque nacional Kruger. Uma hora depois de ter comido tudo o que havia para comer na secção e imediações, o simpático paquiderme lá se foi embora, permitindo aos eleitores escolherem os seus líderes locais, numa corrida a que o "Star" de Joanesburgo chamou "o último voto para a liberdade".

Exceptuando alguns incidentes pontuais, como a distribuição tardia de listas de recenseamento, a falta de boletins de voto, atrasos na comparência de elementos das mesas ou dificuldades de encerramento de algumas secções, a consulta popular decorreu em clima de tranquilidade. Duas pessoas, no entanto, terão morrido no Soweto, a imensa cidade negra dos arredores de Joanesburgo, na sequência de distúrbios, de acor-

do com uma notícia avançada por uma rádio privada mas não confirmada oficialmente.

Uma das vítimas da desorganização das primeiras eleições autárquicas pós-"apartheid" foi o próprio Presidente Nelson Mandela. Por motivos técnicos, ficou impedido de votar pelo círculo onde se recenseou, a área metropolitana da Cidade do Cabo. Resolveu então fazer uma visita inesperada à assembleia de voto de Houghton, subúrbio de Joanesburgo, área onde reside e onde acabou por fazer sala com gente comum. "Não o conheço de algum lado?", perguntou Mandela a um eleitor, Percy Rosen, que logo respondeu que sim, claro, pois eram vizinhos de bairro.

Mas quem visse como votaram as pessoas de Ventersdorp, coração do país conservador onde a extrema-direita ainda mantém expressão razoável, não acreditaria que o "apartheid" foi mesmo desmantelado: longas filas de eleitores brancos e negros, com a particularidade de os brancos votarem no centro da cidade e os negros nos bairros periféricos, num hábito que teima em não morrer.

Estas eleições vão permitir a fusão das localidades negras e brancas, outrora separadas administrativamente sobre critérios

raciais. Significam, por isso, a deradeira machadada nas antigas leis segregacionistas.

Fora deste processo, para já, ficaram apenas os eleitores do Kwazulu-Natal (3,2 milhões) e de mais uma dezena e meia de circunscrições onde o escrutínio foi adiado, por motivos políticos ou técnicos.

Jovens políticos portugueses participaram também activamente nestas eleições, por partidos distintos. E o caso de "Mannie" de Freitas, 27 anos, informático, que concorre pelo Partido Democrático, e Paulo Andrade, 25, advogado, que se apresenta pelo Partido Nacional. Encontram-se em extremos opostos da mesma cidade, Joanesburgo, unidos só na mesma preocupação: a criminalidade, que está a transformar-se num dos maiores problemas da sociedade sul-africana.

Entretanto, inserido no noticiário relacionado com as eleições, esteve ontem, de novo, o caso do antigo ministro da Defesa, general Magnus Malan, e de uma dezena de outros oficiais superiores, acusados da responsabilidade do assassinato de 13 negros, em 1987.

Cedendo à vontade dos réus e dos seus defensores, a Frente da Liberdade (FF), organização da comunidade afrikaner, lidera-

da pelo antigo chefe das Forças Armadas, general Constand Viljoen, anunciou ontem desistir de um recurso jurídico contra a prisão dos acusados.

Sem o recurso a impedi-lo, Malan e os dez outros arguidos, entre os quais os antigos chefes das Forças Armadas, Jannie Geldenhuys e "Kat" Liebenberg, e os ex-chefes dos serviços secretos militares, Dries Putter e "Tienie" Groenwald (deputado da FF), deverão comparecer hoje num tribunal de Durban, onde começarão a ser ouvidos, num dos processos que galvaniza a opinião pública da nova África do Sul.

O processo tem vindo a ser contestado por diversos sectores conservadores, que o vêem como uma violação dos acordos multipartidários da amnistia política, enquanto outros o interpretam como mera rotina judicial.

Nelson Mandela disse, entretanto, que não tencionava intervir na questão, gorando as expectativas de uma amnistia. Esta possibilidade tinha sido admitida na terça-feira pelo vice-Presidente Frederik de Klerk, que recorreu os perdões concedidos a figuras do Congresso Nacional Africano, como o vice-Presidente Thabo Mbeki. ■

Fernando Sousa

Cont. da pág. anterior

"Não há condições para eleições antes de 1998"

todas as partes em Angola. O que queremos reafirmar é o princípio da unidade do país.

P. — Que pensa da ideia de que a solução do problema angolano passaria pela federalização?

R. — Sou contra essa tese. Defendo uma autonomia descentralizada, com eleições autárquicas e ao nível provincial, mas o federalismo em si nunca. Não vejo que Angola tenha a necessidade de seguir por este caminho para resolver os seus problemas. O que é necessário é montar uma pirâmide de chegada ao poder a vários níveis e que os cidadãos possam participar nesse poder.

P. — Vê uma federalização como a balcanização de Angola?

R. — Sim. Iriamos fazer a federalização em que termos? Na divisão dos grupos étnicos? Culturais? E aqueles, que também devemos ter em conta, que não se revêm nos quimbundos, nos umbundos nem nos tchokwé, para onde é que iriam? [...] Defendo que as regiões, as províncias, devam ter uma autonomia administrativa, e política nalgumas áreas, mas dentro de um quadro unitário.

P. — Quais são os objectivos imediatos do MPLA?

R. — A paz e a estabilidade, que possibilitem a melhoria de condições de vida das populações. Isto significa estancar o nível inflacionário, organizar a economia. E criar um quadro democrático que possibilite uma participação maior dos cidadãos. ■

Uma reunião de amigos

REALIZOU-SE na Cidade da Praia, no fim-de-semana, uma reunião dos partidos que lutaram pela independência das antigas colónias africanas de Portugal, retomando assim uma prática iniciada em Marrocos em Abril de 1961, então com a presença de Amílcar Cabral (PAIGC), Mário de Andrade (MPLA) e Marcelino dos Santos (Frelimo).

Agora, dos participantes, apenas o PAICV, derivado do ramo cabo-verdiano do PAIGC, não está no poder, pois perdeu as eleições de 1991 e deseja reconquistar o poder nas legislativas de Dezembro.

E, por isso mesmo, a reunião que congregou na Praia figuras como os secretários-gerais do MLSTP, Carlos Graça, e do MPLA, Lopo do Nascimento, não deixou de ser vista como um apoio velado ao partido que propõe Aristides Lima para primeiro-ministro. "Estivemos juntos, estamos juntos e vamos continuar juntos", disse Lopo do Nascimento, dando o tom à nova versão da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), criada em 1961 na reunião marroquina. ■

Rumores de golpe em Moçambique

MOÇAMBIQUE foi agitado, no último fim-de-semana, por boatos de um golpe de Estado, que seria despoletado por antigos guerrilheiros da Renamo incorporados nas FADM (Forças Armadas de Defesa de Moçambique), com o apoio de oficiais superiores sul-africanos brancos na reserva, para «dar a volta à actual correlação de forças na região». Registraram-se movimentações de forças militares e policiais, apesar de a intenção ter sido desmentida pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e pelo primeiro-ministro, Pascoal Mocumbi. Preocupado, o Presidente sul-africano, Nelson Mandela, enviou, no sábado, o vice-presidente, Thabo Mbeki, a Maputo e Nacala para se informar junto de Mocumbi e de Dhlakama do que estava a acontecer. Segundo fontes sul-africanas, ambos asseguraram que as tensões, embora graves, não eram insuperáveis. Todavia, Mbeki deixou Moçambique de semblante carregado e sem prestar declarações.

Entretanto, extremistas da Frelimo e da Renamo trocam graves acusações através dos meios de comunicação que lhes são afectos. O antigo movimento guerrilheiro anunciou a transferência dos seus escritórios de Maputo para Quelimane, capital da província centro-norte do país. O próprio Dhlakama multiplica as entrevistas em que critica a acção do Presidente Chissano e garante que «por ele» a guerra não voltará a Moçambique, mas que «o povo e alguns dos que estiveram no mato» podem reagir de forma diferente.

EXPRESSO, 4.11.95

São Tomé e Príncipe

Consenso para a formação de um governo de coligação

PÚBLICO, 9.11.95

A IMPLACÁVEL virulência manifestada pela sociedade civil face aos partidos políticos parece ter feito o que dois meses consecutivos de negociações não conseguiram. O Partido de Acção Democrática Independente (ADI), próximo do Presidente Miguel Trovoada, e o Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social-Democrata (MLSTP-PSD), o partido do Governo, concordaram finalmente em unir esforços para, o mais rapidamente possível, formar um executivo de coligação.

Atolados num impasse — com o MLSTP a embarçar o Presidente, opondo-se firmemente à formação de tal governo antes das presidenciais previstas para o primeiro semestre do próximo ano —, os partidos envolvidos nas negociações decidiram alargar o debate à sociedade civil. Foi no Palácio dos Congressos que alguns arquitectos da ideia se terão arrependido amargamente.

Numa sessão transmitida

na íntegra e em directo pela Rádio Nacional, secundarizaram a ideia de um governo de consenso, flagelaram impiedosamente a classe política, desautorizaram os partidos, aos quais negaram legitimidade para decidir sozinhos os destinos do país. Exigiram, assim, a convocação urgente de uma conferência nacional para debater o estado da nação e travar o apodrecimento progressivo do país.

Simultaneamente, o Partido da Convergência Democrática (PCD), anunciava o seu afastamento das negociações interpartidárias acusando o MLSTP de manter uma atitude dúbia e insinuando que por detrás do empenhamento do ADI estava a estratégia deste partido para as presidenciais.

Alarmado, o primeiro-ministro Carlos Graça apressou-se a avisar que o regime democrático não estava ameaçado e as instituições do Estado estavam em pleno funcionamento e que as regras democráticas não poderiam ser subvertidas. A ADI

afinou pelo mesmo diapasão e, poucas semanas depois, Carlos Neves, secretário-geral do partido, anunciava perante as câmaras da televisão que antes de Dezembro o novo Governo deverá estar constituído.

Agora, depois do abanão sofrido, é possível que não demore mais de duas semanas até que os responsáveis políticos apresentem o novo elenco governativo. Com o país exausto, descrente e cada vez mais hostil aos argumentos da classe política, caberá a esse executivo gerir a crise total em que São Tomé e Príncipe se encontra mergulhado, a qual atinge neste momento todas as esferas do poder.

Tal como Tomé, o apóstolo incrédulo, os são-tomeneses acolheram o anúncio feito na terça-feira por Carlos Neves com um profundo ceticismo ou aparente indiferença. Fartos de um processo folhetinesco que parece não ter fim, esperam para ver, enquanto vão transportando sobre os ombros o pesado fardo da crise.

A confirmar-se o seu surgimento, o próximo Governo não corresponderá ao figurino idealizado pelo Presidente, uma vez que a provável ausência do PCD (que tal como o ADI detém 14 assentos no Parlamento, contra 27 do MLSTP) lhe retirará a abrangência sonhada por Trovoada. Ao invés de agrupar todos os partidos representados na Assembleia em torno de um programa de consenso, a fórmula prevista significará pura e simplesmente a entrada do ADI para a esfera executiva, configurando um governo de coligação com uma base parlamentar sólida.

Se parece líquido que foi a ofensiva da sociedade civil que apressou este desfecho, atemorizando os partidos, que recaram perder o protagonismo no processo, já não são tão transparentes as contrapartidas e entendimentos

que tornaram possível esta aliança entre o Presidente e o ADI, por um lado, e o partido de Carlos Graça, por outro. O extraparlamentar Partido Democrático de São Tomé e Príncipe (Codo), cuja visibilidade se deve a um secretário de Estado no actual executivo, não terá mais do que uma presença quase decorativa.

Por outro lado, o PCD, cuja implantação no terreno tem a ver com por fortes afinidades com a UGT, a central sindical que tem liderado o braço-de-ferro entre os professores e o Ministério da Educação, passaria, caso venha a ficar fora do Governo, a protagonizar uma oposição solitária no Parlamento. Embora ainda não tenha tomado uma posição pública sobre os últimos desenvolvimentos, não será de estranhar que o PCD opte por jogar recuado, esperançado na desintegração intestina da coligação.

Trata-se, de facto, de uma aliança cuja génese está ensombrada por desconfianças mútuas, às quais não são alheias as diferentes candidaturas presidenciais que se perfilam no horizonte. Uma das mais fortes é a de Manuel Pinto da Costa, arquiveral de Trovoada, considerado o líder espiritual do MLSTP e com forte implantação junto das bases do partido, apesar da sua aparente posição de "outsider".

Por tudo isso, a gestão do projectado governo de coligação MLSTP-ADI terá de ser meticulosa e o nome mais referido para a chefiar é o do actual ministro dos Estrangeiros, Guilherme Pocer da Costa, tido como uma figura moderada e moderadora e com audiência junto do Presidente Miguel Trovoada. O actual primeiro-ministro, Carlos Graça, não pode ser excluído, mas as ambiguidades e as sucessivas "gaffes" cometidas quando do golpe de Agosto último dificultam a partida a sua recondução.

Conceição Lima, em São Tomé

MOÇAMBIQUE

Graça Machel nos quadros do BIM

EXPRESSO, 4.11.95

JOÃO CORTEZ DE LOBÃO
enviado a Maputo

GRAÇA Machel é a presidente da assembleia geral do Banco Internacional de Moçambique (BIM) e o ex-primeiro-ministro moçambicano Mário Machungo o presidente do conselho de administração. O BIM vai cumprir assim a promessa feita por Jardim Gonçalves de, apesar de o BCP ter sido o principal impulsionador do projecto, serem personalidades locais a assumirem a liderança da nova instituição. O presidente do universo BCP/BPA deslocou-se esta semana a Maputo e à Beira para inaugurar o BIM e reunir-se com autoridades locais.

O primeiro banco internacional com capitais privados criado de raiz depois da independência de Moçambique arrancou esta semana com a abertura de dois balcões, um em Maputo e outro na Beira. No próximo ano deverão ser inauguradas mais quatro dependências e em 1997 está prevista a abertura de 10 a 12 balcões. O modelo do BIM é um compromisso entre a Nova Rede e a rede tradicional, com gestores de conta, serviço de balcão, forte apoio informático e pessoal adaptado à chamada «cultura BCP». Para o arranque da nova instituição, o BCP fez deslocar alguns funcionários a Maputo e treinou durante várias semanas doze moçambicanos na estrutura do BCP em Portugal.

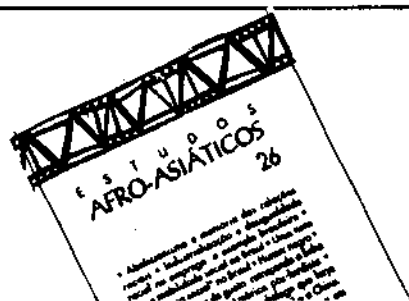
O BIM, onde o BCP participa com 50 por cento do capital, o Estado Moçambicano com 32,5 por cento, a Emose, empresa estatal de seguros, com 12,5 e a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade com os

restantes cinco por cento, vai aumentar o seu capital para cerca de 1,5 milhões de contos. Este banco foi a primeira instituição moçambicana a instalar máquinas ATM, vulgarmente conhecidas como Mulubanco, e prepara-se para instalar POS (terminais de pagamento com cartão Multibanco) em lojas, hotéis e restaurantes.

Os primeiros sinais da concorrência no sector bancário começam a fazer-se sentir em Moçambique. Os directores dos restantes bancos que operam no mercado moçambicano passaram a ter direito a automóvel, uma atitude que mostra bem os receios que a banca tem quando o BIM fala em alargar a sua rede de balcões. É que já começa a haver receios de que os próximos elementos contratados pelo BIM provenham de instituições concorrentes locais.

Entretanto, o BIM adoptou uma política de transportes próprios para todos os seus funcionários, contornando assim o problema dos transportes públicos em camionetas de caixa aberta. «Não queremos que o pessoal chegue ao banco com uma postura que aparente menor rigor», afirmou ao EXPRESSO uma fonte do banco.

O administrador-delegado do BIM é Lima Félix, destacado para Maputo pelo grupo BCP, e tem como administradores não-executivos René Souto e Rui Barata. A administração do banco é ainda composta por três elementos nomeados pelos accionistas moçambicanos: Aboobakar Changa, Bernardo Comaro e bispo anglicano D. Dinis Salomão Sengulane. O presidente do conselho fiscal do BIM é António Almeida, o ex-presidente da UBP, que em Moçambique está a colaborar na montagem de um projecto industrial.



Moçambique ou Mozambique?

PÚBLICO, 10.11.95

"The only interesting answers are those which destroy the questions"

Susan Sontag

Moçambique vai entrar para a Commonwealth? Talvez. E daí?

A apreciação da candidatura de Moçambique a membro desta organização na cimeira de chefes de Estado, de 10 a 13 de Novembro, em Auckland, tem levantado apreensões em diversos quadrantes da vida portuguesa, que apontam uma progressiva perda de influência de Portugal naquele país e na África Austral e prenunciam a substituição, a prazo, do português pelo inglês em Moçambique.

Ambas as questões pouco têm a ver com a Commonwealth.

Desde logo, a aceitação de Moçambique está longe de ser pacífica, por abrir um precedente no seio de uma organização cujos membros são ex-colónias britânicas que têm o inglês como língua oficial. O processo de adesão dos Camarões, membro a partir de 1 de Novembro, durou seis anos e não quebrou esta regra, na medida em que parte significativa do território daquele país esteve sob administração britânica, sendo o inglês um das suas línguas veiculares.

A Commonwealth, constituída pelo Reino Unido e ex-colónias, não possui tratado ou regulamento escrito (que obrigue, por exemplo, à adopção do inglês como língua oficial). A ajuda bilateral britânica, embora essencialmente virada para os países membros, inclui igualmente os não membros — como Moçambique. Na Commonwealth existem oito Programas e Fundos (de dimensão pouco significativa, embora não negligenciável), dos quais o mais significativo é o da Cooperação Técnica.

A relevância da Commonwealth no sistema internacional é essencialmente política, em particular pela influência das cimeiras. Recordemos, por exemplo, a sua importância na mudança da política britânica face à ex-Rodésia do Sul no final dos anos 70 e, mais tarde, no endurecimento das posições face ao regime do "apartheid". Na cimeira de 1991, foi aprovada a Declaração de Harare, reafirmando, entre outros aspectos, o apoio às transições democráticas, aos Estados de direito e ao respeito pelos direitos humanos.

Neste quadro, a candidatura moçambicana tem objectivos claramente políticos e visa integrar o país num fórum internacional prestigiado, onde já se encontra a grande maioria dos par-

ceiros da SADC. A iniciativa do Governo não deve, pois, ser confundida com preferências pela Commonwealth em detrimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ou com pretensões de substituir o português pelo inglês.

O verdadeiro debate respeita às realidades e tendências verificáveis em Moçambique e na região e à orientação e eficácia da cooperação portuguesa.

Uma forma de abordar esta questão é perguntar quais os interesses no reforço das relações Portugal-Moçambique. Julgo que o interesse no reforço da cooperação entre os dois países é, para já, mais crucial para Moçambique do que para Portugal, que não tem capacidade de influência decisiva nas políticas moçambicanas — e nesta fraqueza reside, paradoxalmente, parte da sua força.

Moçambique, recentemente sujeito a um processo de desestruturação social violenta, enfrenta desafios essenciais à sua afirmação como país soberano. O desses desafios tem a ver com o reforço de elementos identitários que, no interior das fronteiras, criem e alimentem interesses e afinidades comuns — em paralelo com as tradições e aspirações locais. Outro desafio refere-se ao reforço dos ele-

mentos de identidade que distinguem o país dos seus vizinhos — sem que isso obste aos actuais esforços de integração regional.

Sendo o domínio da língua também um instrumento de poder, o português tem a ver com ambos os desafios. A língua portuguesa é, neste contexto, mais importante por razões de ordem política que por razões de ordem cultural, o que quer dizer que a gramática e o dicionário prevalecem sobre os "Lusiadas".

Nestas circunstâncias, independentemente de a alfabetização continuar ou não a ser efectuada em português, porque não apoiar a investigação, a feitura, ou a actualização e reedição de gramáticas comparativas e dicionários entre o português e as línguas locais — que aliás, no passado, foi apanágio da obra educativa de várias agremiações religiosas, incluindo a igreja católica. Só numa visão muito estreita se poderão vislumbrar perigos em acções deste tipo para a continuação do português como língua oficial.

O segundo desafio prende-se com a preservação do português como língua de afirmação de especificidade perante vizinhos — este aspecto é claramente estratégico para o país e é partilhado por elites no poder e na oposição.

Tal facto não obsta à necessidade de os moçambicanos desenvolverem o domínio do inglês como língua de trabalho. Seria ingenuidade pensar que a inevitável uniformização de processos e regulamentos decorrente do aprofundamento da integração regional fosse feita noutra língua.

O que se pode inferir destes factos para o relacionamento Portugal-Moçambique? Talvez Portugal possa contribuir mais fortemente para a consolidação do processo de transição democrática em Moçambique, através do reforço da cooperação nos domínios político, judicial, militar, educacional e dos "media", bem como do apoio a organizações da sociedade civil. Estes domínios serão, porventura, tão importantes como os económicos e empresariais.

Não creio que Moçambique seja admitido a curto prazo na Commonwealth. Mas, se o for, tal não afectará automaticamente as relações com Portugal, nem as ligações construídas ao longo do tempo, não obstante a persistência, de ambos os lados, de discursos e práticas de algumas personalidades que relevam de complexos colonizado-colonizador, de meros interesses pessoais ou da dificuldade em não conseguir vislumbrar mais que o próprio umbigo. ■

Fernando Jorge Cardoso
Investigador do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais

Tensão sobe em Moçambique

PÚBLICO, 5.11.95

SEGUNDO os rumores que circulavam em Maputo durante a semana passada, um grupo de oficiais das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), ex-guerrilheiros da Renamo, estaria a preparar um golpe de estado com o apoio de dirigentes da ultra-direita sul-africana.

No país, ninguém levou muito a sério as alegações que a agência Lusa difundiu sem nomear as fontes. "Quando se citam fontes não identificadas, no meu entender, trata-se de um boato e, sendo assim, não quero fazer comentário", afirmou Raul Domingos, o líder da bancada parlamentar renamista.

Na terça-feira, as FADM distanciararam-se formalmente de qualquer movimento golpista, numa conferência de imprensa dirigida por um ex-guerrilheiro renamista, actualmente oficial do Exército unificado. "Nós juramos ser integralmente apolíticos e não queremos ser uma parte dos conflitos partidários que por aí ocorrem", disse o brigadeiro David Monongoro.

Dias depois, contudo, o diário pró-governamental "Notí-

cias" avançava que antigos guerrilheiros da Renamo participaram num ataque ao posto administrativo de Dombe na madrugada do dia 31. Alegadamente, o ataque foi levado a cabo por um grupo de 70 homens armados, na sua maioria rebeldes zimbabuenses chimuenjes oriundos de bases próximas.

Comentando a ocorrência, o comandante provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), superintendente José Miquissene, afirmou: "Nós não acusamos ninguém, apesar de haver indícios de que os atacantes são os chimuenjes, grupo que incorpora antigos guerrilheiros da Renamo".

Miquissene citou fontes locais para dizer que os assaltantes, em pleno ataque, gritavam que não iriam tolerar a presença da Polícia em Dombe. Bastião da Renamo durante a guerra civil, o posto de Dombe, na província central de Manica, tem sido palco de numerosos incidentes protagonizados por chefes tradicionais e estruturas locais da Renamo.

A notícia do ataque a Dombe pelos chimuenjes veio a lume no

mesmo dia em que era anunciada que um alegado membro do grupo foi condenado a 12 anos de prisão no vizinho Zimbabué, por envolvimento numa conspiração para assassinar o Presidente Robert Mugabe. William Namakonya, 41 anos, foi apresentado como "membro do movimento chimuenje baseado nas antigas zonas da Renamo" e guarda-costas do político Ndabaningi Sithole, um veterano nacionalista de 76 anos, e líder da Zanu-Ndonga, um dos dois partidos zimbabuenses acusados de manter os chimuenjes em bases perto de Dombe. Sithole tem afirmado desconhecer tudo sobre a existência dos chimuenjes, até há pouco negada também pelas autoridades de Harare. Para o velho opositor trata-se de uma conspiração montada para evitar que ele se candidate às eleições presidenciais de Março no Zimbabué.

Do outro lado da fronteira, alegados laços entre os chimuenjes e a Renamo permitiriam ao governo-irmão de Maputo desacreditar a oposição e eventualmente marginalizá-la. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Nascida a 11 de Novembro

Vinte anos após a independência, Angola comemora a assunção do seu destino. Entre lamentos e esperanças

EXPRESSO, 11.11.95

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

NUNO Miguel, que nasceu no dia da independência de Angola, 11 de Novembro de 1975, tem uma vaga ideia de relatos de familiares sobre a guerra fratricida entre os três movimentos de libertação — MPLA, FNLA e UNITA — que eclodiu enquanto a mãe o trazia ao mundo na então Casa de Saúde Machado Faria. «Se a independência é isto, então Angola é um país de mentira», diz.

Para os jovens da sua geração, a saga da independência pouco lhes diz. Nuno faz parte da gente jovem para a qual tudo é sujo e desastroso. Tudo cheira a morte, desorganização, gente esfomeada e maltrapilha, gente egoísta e com uma desmedida sede de poder. Quer é dinheiro para fugir a este inferno.

Quem não é por nós...

Na grande praça da estrada de Caete, a população apoiante do MPLA ultima os preparativos para a histórica cerimónia. «Só me lembro da independência pelas imagens da televisão, jornais e revistas», diz Eugénio Campos, campeão africano de xadrez na categoria júnior, também nascido em Novembro de 1975. Mas, como dizia Agostinho Neto num dos seus poemas, «nada impedirá a chuva», naquela noite nada impediu que «perante a África e o mundo» anunciasse «a proclamação da independência da República Popular de Angola».

Um cheiro a revolta pulveriza o ambiente político em Luanda no começo do segundo ano da independência. «Kitumba», um jovem malanjino que muito cedo troca o banco da escola por uma ferrugem «kalashnikov» do MPLA, ainda se recorda da morte de um amigo de infância durante as primeiras batalhas contra as tropas sul-africanas na província do Cunene. Mas bem mais vivas do que estas imagens permanecem até hoje gravadas na sua memória os efeitos da tragédia de 27 de Maio, que culminou com uma verdadeira sangria na sua família. «A génese desse movimento não pode ser remetida levianamente para a irreverência infantil de jovens que, com o apoio da esquerda portuguesa e de Moscovo, pretendiam ameaçar o poder dos 'maquisards' instalados em Luanda...».

Luís Coelho, que perdeu três irmãos durante a intempestiva de 27 de Maio, tendo mais tarde sido deportado para Cuba, diz que, a partir daí, Angola mudou definitivamente de rumo: os arrivistas e os oportunistas iniciaram uma verdadeira «caça às bruxas» e implan-

tou-se o clientelismo sob o lema «quem não é por nós é contra nós».

Antigo professor do secundário, Luís sucumbiu à erupção do capitalismo selvagem e transformou-se num candongueiro forçado e falido. Nele permanecem frescos os traumas de um sistema que, «para julgar veleidades oposicionistas, controla os homens e até os seus pensamentos». Todos os que querem questionar o sistema entram para a lista dos «dacaos e agentes do imperialismo» e são vítimas de processos sumários. «Aproveitando-se das fraquezas provocadas pelo vazio de milhares de angolanos, os cubanos passaram a dominar a vida política, militar, económica e social do país», desabafa Adolfo Coelho, um ex-dirigente dos CAC (Comités Amílcar Cabral), da extrema esquerda.

Saudades dos cubanos

Mas há outra face da presença cubana em Angola de que milhares de angolanos não se esquecem. Os jovens do Kuito, que ao lado das forças do Governo se opuseram às tropas da UNITA durante a guerra dos nove meses, contam com orgulho que são um produto académico da passagem por aquela província de professores cubanos. «Houve alguma excessos ideológicos, mas o que somos hoje como técnicos de contabilidade devemos-lo aos cubanos», diz Aníbal Silvestre.

Berlamina Chitucue, antiga funcionária da Junta Autónoma das Estradas, elogia a passagem de uma equipa médica cubana pelo Kuando-Kubango. «Salvei a minha filha de uma malária cerebral sem gastar praticamente nada, o que seria impossível hoje com médicos angolanos. Eles continuam a fazer falta...».

Enquanto nas grandes cidades e em vastíssimas áreas do país toda a música afina pela batuta do partido único, nas «terras do fim do mundo», no Kuando-Kubango, Savimbi junta os cacos da UNITA, depois do célebre recuo para a fronteira com o então Sudoeste Africano, ao qual, seguindo os ideais maoístas, chama «A Grande Marcha».

Março de 1979. O cancro detectado em Agostinho Neto numa das derradeiras deslocações à União Soviética anuncia uma previsão de vida para o líder histórico do MPLA de apenas seis meses, informação de que só têm conhecimento os serviços secretos angolanos, através de um relatório dos serviços clínicos do KGB. «Foi a partir daí que a intriga palaciana se encarregou de afastar os potenciais sucessores de Agostinho Neto oriundo das fileiras do Interior para,

mais tarde escolher uma figura de consenso», afirma um antigo membro do «bureau» político do MPLA. Essa escolha recaiu em José Eduardo dos Santos. A contínua inspiração em modelos de desenvolvimento importados faz emergir os primeiros sintomas de um dos maiores flagelos que assola o país depois da guerra: a corrupção.

Esperanças defraudadas

A década de 90 chega recheada de novas esperanças, com a assinatura, a 31 de Maio de 1991, dos acordos de Bicesse, que estabelecem a realização das primeiras eleições livres em Angola, a 29 e 30 de Setembro de 1992. Uma explosão de alegria invade então os angolanos na perspectiva de que, alcançada a paz, enterrar-se-á definitivamente o espectro dos cartões para comprar peixe, açúcar, óleo, pasta de dentes, para circular fora das horas de recolher obrigatório que vigorou durante 14 anos, cartões até para dar uma pequena festa de baptizado ou de casamento ou para comprar bens necessários para um óbito.

A linguagem belicista da UNITA durante a campanha eleitoral defraudou muitas esperanças. Savimbi faz crescer o temor de um novo retorno à guerra. O que sucede em Outubro de 1992 com o «massacre de Luanda», que vitima dirigentes e quadros da UNITA e prossegue em todo o país, com os homens do «Galo Negro» a ocuparem militarmente mais de metade de Angola. Só um ano mais tarde, Governo e UNITA reconhecem, na capital zambiana, que «não haverá vitória militar para nenhuma das partes no conflito».

A elite de militares da UNITA, forçados em 20 anos de guerra, transforma-se num elemento vital para qualquer desfecho do conflito. Mas a sua ambição não passa unicamente pela vontade de exercer um papel protagónico no xadrez político e militar. Tal como os seus parceiros do exército governamental, revelam-se cansados de verem enriquecer os políticos e, por isso, decidem, alguns deles, envolver-se em grandes negócios, que vão desde a compra de armamento até ao comércio nas áreas das pescas, agricultura, importação e exportação, passando pelo garimpo desenfreado de diamantes.

O enriquecimento brusco de umas quantas altas patentes militares está a converter-se em factor de descontentamento. «O país está sentando num barril de pólvora, e se isto estalar, como são diversos os interesses em jogo dos diferentes grupos e comandos, com tantas armas na mão dos civis, a tragédia será mil vezes pior que a do Ruanda».

Acusações de «colonização electrónica»

RTPi e RDPi CAUSAM POLÉMICA EM MOÇAMBIQUE

PÚBLICO, 9.11.95

Nelson Souto
em Maputo

As emissões da RTPi e as contrapartidas dadas por Portugal estão a ser alvo de uma grande discussão nalguns meios moçambicanos. Alguns lembram que o dinheiro português poderá servir para animar a Rádio e a Televisão de Moçambique, outros dizem estar o país a ser alvo de uma nova «colonização». Electrónica.

O GOVERNO de Maputo não cumpre as suas obrigações em relação à Rádio Moçambique (RM) e Televisão de Moçambique (TVM), empresas de serviço público a braços

com dificuldades financeiras e materiais. Por isso, e a troco da transmissão dos canais internacionais da RTP e RDP, Portugal estabeleceu — em Junho deste ano — um acordo que tem suscitado alguma polémica em Moçambique.

Com o acordo de cooperação, que motivou na passada quinta-feira um debate na sede do Sindicato dos Jornalistas, a RM receberá três milhões de dólares, o que lhe permitirá cobrir as capitais provinciais, e a TVM beneficiará de 20 milhões de dólares, suficientes para um novo centro de produção e o aumento na cobertura do território.

As duas empresas obtiveram vantagens indesejáveis. Esta foi o argumento usado pelos seus presidentes, Manuel Veterano (RM) e Botelho Moniz (TVM), para justificar o acordo. Contudo, o jornalista Leite de Vasconcelos pensa que não se pode «reduzir os interesses do país aos interesses de duas empresas». E acusa: «É uma enormidade!»

Esta opinião é partilhada por outros

operadores privados que se viram marginalizados e prejudicados. Botelho Moniz afirma que a TVM acautelou um espaço. «A primeira vítima deste acordo será a própria TVM», contrapõe Vasconcelos. Botelho Moniz replica: «Das emissões da RTPi as pessoas só vêem futebol.»

«Colonização electrónica»

Mas também há quem veja nas emissões uma forma de «colonização electrónica». Gabriel Simões, irmão de Gracia Machet, a viúva do primeiro Presidente da República, insurge-se: «Não são só meios tecnológicos!» Salomão Moyana, da Mediasop, a empresa que edita o semanário «Savina», alerta: «É preciso «gerir a nossa dependência», capitalizando acordos favoráveis e recusando os ruins».

Leite Vasconcelos apontara antes que o acordo não produziu reciprocidade. O movimento da informação é unidireccional, «reproduzindo o sentido da metrópole para as colónias». E manifestou estranheza: «Em tudo isto houve muita pressa.» Alguns sentem ter sido

usados para a campanha eleitoral do PSD, que apresentou as emissões como trabalho feito.

Carlos Cardoso, editor do Mediafax, levanta também o dedo acusador: «O Governo não está habituado a ouvir.» Mas avança com outras propostas. Com o concurso do Brasil e de outros países do Sul, «é possível uma alternativa no modo de ver o mundo», através de um canal internacional. Reconhece que há «algum lirismo nisto», mas acredita na «voz crítica, afro-latina, no emaranhado das grandes cadeias, dominadas, em grande medida, pela parca anglo-americana da humanidade». Vasconcelos concorda, mas adverte que «esse canal não pode ser a RTPi».

Mais do que vantagens económicas que desanfoquem a RM e a TVM, os operadores privados, jornalistas e outros profissionais reclamam uma participação efectiva não só na produção, como no estabelecimento da informação. Isto permitiria lançar uma base justa de um diálogo Norte-Sul, sistematicamente recusado pelos detentores do poder tecnológico dessa informação. »

Sonangol alia-se a nigerianos

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

EXPRESSO, 11.11.95

PERITOS angolanos no domínio dos petróleos mostraram-se surpreendidos e apreensivos com a constituição em Luanda de três «joint-venture», entre a Sonangol e a empresa nigeriana Obepka Petroleum Limited, através de uma operação sustentada por poderosos «lobbies» militares, que está a assumir contornos «misteriosos», que se acentuam com o desconhecimento daquela firma no mercado petrolífero mundial.

O negócio, segundo apurou o EXPRESSO, terá envolvido o antigo chefe da missão militar da UNAVEM III em Angola, o nigeriano Chris Garuba, que contará igualmente com o apoio de algumas patentes do exército governamental. Os nigerianos, que durante muitos anos sondaram o sector petrolífero angolano, «namoraram» as autoridades de Luanda para acordarem um compromisso de investimento, de capital inicial de mais de 50 milhões de dólares, mas as reservas que agora se levantam prendem-se com a possibilidade dos nigerianos pretenderem «utilizar o paga-

mento adiantado de 30 por cento desse valor recorrendo aos dinheiros da Sonangol, não correndo nenhum risco, nem garantindo o retorno do investimento».

A concretização desta operação apanhou de surpresa algumas firmas petrolíferas que operam em Angola, que dizem «desconhecer a credibilidade da Obepka e acham estranho que a NNP — empresa estatal de petróleo nigeriano — esteja completamente à margem deste negócio».

Alguns analistas questionam a insuficiência económico-financeira do projecto, bem como «a extrapolação dos custos variáveis em função da produção», o que terá determinado que o ex-gabinete de investimento estrangeiro tenha reconhecido que «um investimento desta natureza não pode ter a duração de dois anos», recomendando o seu alongamento para um mínimo de seis anos.

Incluída no leque dos potenciais clientes de uma das empresas associadas à Obepka e à Sonangol, juntamente com a Texaco, Cabinda Gouff e Shell, uma fonte da ELF disse ao EXPRESSO desconhecer qualquer envolvimento da companhia francesa neste negócio. «Isso só é possível devido à grelha de in-

teresses que envolve alguns dirigentes e generais do exército, que estão na bicha à espera da liberalização, a qualquer preço, do sector petrolífero» — acrescentou um alto funcionário do Ministério dos Petróleos.

A verdade, porém, é que com base nesta ofensiva de magnatas nigerianos ligados ao mundo dos petróleos, nas três empresas agora constituídas a parte nigeriana detém um capital maioritário de 70 por cento. «Em condições normais este projecto seria chumbado em dois tempos, pois além dos dados técnicos não serem fiáveis, corremos o risco de facilitarmos a vida a nigerianos com a entrega de petróleo bruto a preços da «saldo» — disse ao EXPRESSO uma fonte da Sonangol. O projecto de maior envergadura está localizado na província de Cabinda. Este projecto está avaliado em 26 milhões de dólares e prevê a criação de 300 postos de trabalho, dos quais 250 poderão vir a ser preenchidos por angolanos e os restantes por expatriados, mas alguns especialistas na matéria argumentam que «os números à partida estão viçados, porque só o estudo de viabilidade e a montagem de engenharia de concessões, não fica por menos de 25 milhões de dólares».

O DESTAQUE

Ferro e fogo

EXPRESSO, 11.11.95

VINTE anos depois do 11 de Novembro de 1975, data em que Agostinho Neto anunciou à África e ao mundo o nascimento da República Popular de Angola, a efeméride pouco ou nada diz a quem tem hoje menos de 30 anos, como é o caso da maioria dos angolanos. Foi a «descolonização possível»? Podia ter sido de outra maneira? Perguntas cujas respostas são facilmente manipuláveis por aqueles que vêem, no estado em que se encontra hoje Angola, razões para justificar o regime colonial ou apregoar a necessidade de uma «recolonização» humanitária. Não foi só em Moçambique e Angola que as coisas correram pior do que no resto do continente negro. No seu livro *High Noon in Southern Africa*, Chester Crocker, o ex-secretário de Estado-adjunto dos EUA, escreve que «as guerras de 1961 a 1988 na África Austral foram o último capítulo do drama global do fim dos impérios marítimos europeus». A escolha de 1988 não é casual. Nesse ano foram assinados os acordos de Nova Iorque, entre Angola, África do Sul e Cuba, que abriram o caminho à independência da Namíbia, com a retirada das tropas cubanas de Angola e o fim da ocupação sul-africana do Sudoeste Africano, declarada ilegal pela ONU em 1971.

Ao situar em 1988 o começo da «nova era» para a África Austral, Crocker reconhece que os nacionalistas africanos tinham razão quando afirmavam que todos os conflitos armados que dilaceraram a região (Rodésia, Angola, Moçambique, Namíbia) estavam interligados e tinham o seu epicentro na África do Sul. Favorável, por princípio, à autodeterminação dos povos colonizados, o Ocidente não aceitou facilmente a identificação da luta do ANC contra o regime do «apartheid», ou a dos movimentos de libertação de Robert Mugabe e Joshua Nkomo contra o «poder branco» de Ian Smith, na ex-Rodésia, como partes do processo global de descolonização. Estas hesitações alimentaram, entre os colonos brancos, a perigosa ilusão de uma «terceira via» — a independência sem entrega efectiva do poder político e económico à maioria negra.

O acentuado pendor marxista de numerosos regimes africanos instalados, a tomada de poder por movimentos de inspiração marxista em Maputo e Luanda e a intervenção militar directa de Cuba em Angola tornaram ainda mais complexa a situação. Brejnev e Reagan fizeram de Angola o teatro de um dos conflitos mais «quentes» da Guerra Fria. Por isso, a pacificação da África Austral esteve bloqueada até ao início da «perestroika» de Mikhail Gorbachev. É neste contexto que os acordos de Nova Iorque marcam o ponto da viragem que tornou possível a independência da Namíbia, os acordos de paz de Bicesse, para Angola, e de Roma, para Moçambique, a libertação de Nelson Mandela e o começo do fim do «apartheid». O grande drama de Angola é que, sendo, parte principal do ponto de viragem de 1988, acabou por ser o último país a beneficiar dele quando rubricou a «paz de Lusaka». Vítima por culpa própria e alheia de um contexto que não soube ou não pôde controlar, Angola é um dos exemplos mais dramáticos de toda a descolonização africana. Pagou demasiado caro os seus erros. Mas, infelizmente, a soberania de um povo e a afirmação dos seus direitos quase sempre se forjou a ferro e fogo: a única forma de temperar os excessos e viabilizar um futuro nacional.

NICOLE GUARDIOLA



Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos

MOÇAMBIQUE

ENRON explora gás de Pande

REFINALDO CHILENGUE
correspondente
em Maputo

EXPRESSO, 11.11.95

gasoduto, para o transporte do produto para a África do Sul e um outro para a distribuição deste mesmo produto através do território moçambicano.

Langa precisou que o documento a ser rubricado na segunda-feira é vinculativo. O primeiro memorando de entendimento sobre a exploração do gás de Pande foi assinado em Setembro, durante uma negociação que está a ser fortemente contestada por diversos círculos influentes em Moçambique, alegadamente por o país africano ter sido «obrigado» a subscrever um «acordo podre».

Os contestatários ao acordo ganharam nova dinâmica quando o principal negociador de Maputo, o ministro dos Recursos Minerais e Energia, John Kachamila, admitiu em entrevista a um jornal dos Estados Unidos que o pacto foi alcançado «sob forte pressão» de Washington, contrariando de forma categórica as suas próprias declarações públicas iniciais feitas em Maputo.

De acordo com a nova versão de Kachamila, os diplomatas norte-americanos ultrapassaram as suas atribuições durante as negociações

com a Enron, com particular destaque para o «número dois» da embaixada norte-americana em Maputo, Mike McKinley, e para o conselheiro da a segurança nacional dos Estados Unidos, Antony Lake, que «telefonou para dizer que assinásemos o acordo e depressa».

«Lançaram uma campanha de difamação contra nós (...), chegámos a receber telefonemas de senadores norte-americanos a ameaçar-nos de que os EUA cancelariam a ajuda a Moçambique se não assinássemos o acordo», desabafou Kachamila, que acusa a Enron de «corrupta», «por ter tentado fazer-nos engolir este acordo podre».

Kachamila acrescentou, contudo, que depois de um estudo do Banco Mundial foi possível alterar a primeira versão do acordo que não era do agrado das autoridades moçambicanas. Todavia, permanece a dúvida sobre se esse acordo entre a ENRON e Moçambique vai funcionar, já que o principal e quase único consumidor do gás serão empresas sul-africanas e estas já disseram não concordar com os preços propostos pela multinacional norte-americana.

O GOVERNO moçambicano, e a empresa norte-americana Southern Africa Development Lda (ENRON), deverão assinar na próxima segunda-feira, o acordo de princípios para a exploração do gás natural de Pande, na província de Inhambane, apesar de denúncias recentes do próprio Executivo de que fechou o negócio sob «fortes ameaças» políticas, incluindo a suspensão da ajuda que o país recebe dos Estados Unidos e das reservas ultimamente manifestadas pelos potenciais clientes — empresas da África do Sul.

O vice-ministro dos Recursos Minerais, Castigo Langa, revelou que o acordo abarca os princípios-base que deverão reger os acordos específicos, a serem posteriormente rubricados à medida que se alcançarem novos entendimentos, e se concretizarem os compromissos que progressivamente forem assumidos, nomeadamente a produção do gás, o estabelecimento de uma empresa de

visto de outra cidade

Emídio Fernando

Andulo, Angola

"Obviamente, não sonho"

PÚBLICO, 12.11.95

A pequena cidade do Andulo nasceu com ares de importância. Ao lado, os diamantes chamam ambições, ódios, loucuras. Durante anos, as águas a ferver, nascidas em terras quentes no meio do mato, curavam mazelas, maus-olhados, kimbandices. Os olhos dos missionários — mas os outros, protestantes — viram, logo ali, terreno fértil para espalhar as palavras da Bíblia, em português correcto, mas cantante. Naquele meio, nascia há mais de 60 anos Jonas Savimbi. Quis o destino fazer de um filho das terras de Andulo o dirigente máximo da UNITA.

Andulo é igual a tantas cidades angolanas, que beberam a arquitectura portuguesa e o gosto português: as ruas largas, as casas com jardins e quintal, os pequenos palácios cor-de-rosa, os bares nas esquinas, a pensão no centro da terra. Uma cidade igual, até na pacatez... e nos medos de crescer.

Mas a guerra fez de Andulo uma estrela brilhante nas ambições da UNITA. Arrancada a sangue das mãos das tropas governamentais, a cidade apresenta-se como a sala de visitas para quem entra nas terras da UNITA — "libertadas", como gritam os homens do "galo negro". As casas destruídas, a imagem de militares em cada esquina, os miúdos, de pele a rasgar os ossos, mas de armas na mão a acordar a vida com hinos que eles próprios não entendem, os carros partidos, os velhos que esperam o fim do mundo na areia vermelha. Tudo isto mostra, com fria crueldade, os tempos que Angola vive. Só as ruas estranhamente limpas parecem desafiar os caminhos da guerra.

A frente do governo de Andulo, a UNITA colocou um militar. Alto, magro, sorri pouco e sempre que pode tenta melhorar um dos seus orgulhos: as conversas em inglês. É então um coronel, criado na base da Jamba, que aprendeu os modos ocidentais por esse mundo fora, que recebe as visi-

tas da UNITA. Tarefa difícil. As viagens são de deixar o coração ao pé da boca. Os visitantes aparecem vindos de todos os lados. A pequena Andulo é, por vezes, uma microcidade cosmopolita.

O jovem governador-coronel nem precisa destas obrigações para mostrar simpatias: no máximo que lhe é permitido e no máximo que ele próprio pode dar. Com a guerra tão perto e tão acesa, este coronel é um pessimista. Melhor, define-se como um realista. É uma enguia a esquivar-se a todas as perguntas, recorrendo a todos os meios. Sempre que pode cita grandes escritores ingleses e, em umbundu, mistura as grandes citações com ditados populares.

Quando se lembra de outros tempos, é com saudades que recorda as idades da inocência. Alburas em que tudo era permitido. Brincar, desejar, ver o mundo à frente, sonhar...

"Como? Sonhar?", dispero, rápido, a pergunta. Aliás, já a tinha feito. A resposta, na altura, foi uma evasiva citação de um qualquer escritor. Insisto. Sonhar? Um longo silêncio quase trava a minha curiosidade. Depois, enfim a resposta surgiu em tom pausado:

"Sim, sonhar, por exemplo, quando andava na escola primária, queria ser médico, depois sonhei em ter outra profissão onde pudesse viajar muito." Um sorriso tímido deu outro brilho àquele rosto de 32 anos. Atravei-me.

"Então hoje, não sonha?"

Outro silêncio, comprido. Mais uns segundos, nova insistência, quase a medo. E hoje...

Novo silêncio e a resposta sai seca:

"Sou um militar; obviamente, não sonho."

Calo-me. Sem saber porquê recordo um outro militar, também jovem, que um dia, no meio da cidade do Huambo destruída, dizia-me: "Aqui, respira-se o destino de outra maneira." ■

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

Angola

Gato vai para o Governo

PÚBLICO, 11.11.95

LUKAMBA PAULO Gato, desde Fevereiro secretário-geral da UNITA, deve ser dentro de meses um dos ministros do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional a constituir em Angola, anunciou o presidente daquele partido, Jonas Malheiro Savimbi, em entrevista transmitida pela TV2 da RTP na noite de sexta-feira.

Com a passagem de Gato para uma das pastas reservadas à UNITA pelo Protocolo de Lusaca (Geologia e Minas, Comércio, Saúde e Hotelaria e Turismo), o lugar de secretário-geral poderá eventualmente voltar para as mãos de Eugénio Manuvakola, o homem que em Novembro de 1994 assinou tal documento, depois de mandatado por Savimbi.

Quando, há nove meses, Manuvakola foi substituído por Gato

no lugar de secretário-geral do Gato Negro, muitos observadores entenderam que estaria a ser colocado um pouco à margem, talvez por nem toda a gente dentro do partido haver gostado dos termos em que fora redigido o Protocolo ao longo de mais de um ano negociado na capital zambiana. E Lukamba Paulo parecia então no auge do seu poder, surgindo como uma espécie de primeiro-ministro à escala da UNITA, onde Jonas Savimbi estivera durante largos meses eclipsado. Mas de então para cá o chefe da oposição angolana surgiu de novo sob as luzes da ribalta, tendo participado em Lusaca, Francimille e Bruxelas, reuniões com o Presidente José Eduardo dos Santos, bem como visitado Marrocos, a África do Sul e uma série de outros países.

Entretanto, enquanto Savimbi assim recupera um protagonismo que aparentemente estava a ser ameaçado por Gato, o presidente da FLEC-FAC, Henrique N'zita Tiago, radicado em Paris, disse nos últimos dias ao PÚBLICO que homens da UNITA ocuparam ilegalmente zonas de actuação dos guerrilheiros independentistas, pelo que houve confrontos e mais de 1500 civis fugiram para o Congo e o Zaire.

Por outro lado, a FLEC-FAC recusou-se a assinar tréguas com as Forças Armadas Angolanas enquanto não houver uma mensagem em que todas as facções de Cabinda elaborem uma plataforma comum para quaisquer negociações a efectuar com Luanda, sobre o direito daquela província à autodeterminação. ■